

O SR. RODRIGO AMORIM - Sr. presidente, trago aqui a sabedoria da minha avó já falecida. Dentre as inúmeras lições de formação do caráter sempre utilizou uma velha máxima de que contra fatos não há argumentos. Sr. presidente, acho que não há nenhuma dúvida, não só pelo acervo fotográfico apresentado, mas não há nenhuma dúvida sobre algumas questões que, de forma muito sucinta, eu faço questão de trazer. Primeiro, trata-se, obviamente, de uma questão social. Obviamente, a prostituição é uma atividade profissional reconhecida pelo estado brasileiro. O que é crime tipificado no nosso Código Penal é a exploração da prostituição, muito embora, ali, naquela localidade denominada Vila Mimosa, há fortíssimos indícios, dentre os quais apresentei por via de fotografia, de exploração da prostituição, haja vista que há controle de qual profissional vai com qual cliente, quanto cobra e, eventualmente, me parece que um controle dessa natureza é para cobrar algum percentual em cima do que é cobrado. Ou seja, também não sou autoridade policial, criminal e persecutória para poder adentrar nessa questão. V. exa. já encaminhou o material proveniente das nossas diligências para as autoridades competentes, como fez agora. Então, evidentemente, estamos diante de um problema social gravíssimo. O ambiente como todos vimos insalubre, desumano. Obviamente, essas pessoas sustentam suas famílias - pais, mães, filhos. Claro que aquele ambiente fechado ou com algum impedimento, alguma restrição ao seu funcionamento, evidentemente, causa prejuízos objetivos, materiais inclusive a essas famílias. E aí como se trata de algo alimentar, tão amparado pelos institutos jurídicos, é claro que é necessário inclusive, eu diria, a cominação, tão bem expressada aqui pelo dr. Ivanir, como já vi outras vezes, com o seu testemunho emocional e que muito nos comove.

Por outro lado, também é inegável e inquestionável que nós estamos também diante de um bem tutelado pelo estado brasileiro, pela legislação, que é o bem inegociável, inalienável; a vida. E aí, preservar, poupar um ambiente daqueles de uma tragédia é preservar a vida. E nos encontramos diante de dois lados. Se ignora o que está acontecendo e entrega à própria sorte, eventualmente, um acidente que é bem possível de acontecer diante do exposto, e ignora o fato de todos nós, não só o Corpo de Bombeiros, zelarmos pela vida humana, ou de forma objetiva e direta se zela pela vida daquelas dezenas de pessoas que têm o seu direito alimentar. É uma dicotomia. É uma decisão, como muitas na vida temos que tomar. Ou se observa agora e se protege a vida de algumas dezenas de pessoas, o direito alimentar de dezenas de pessoas ou tenta, de um modo global, proteger a vida daquelas inúmeras pessoas que podem se perder, vidas que podem se perder numa eventual tragédia.

E aí, mais uma vez, eu me encontro muito chateado com o que está acontecendo aqui hoje porque, sr. presidente, fui um dos que mais motivaram v. exa. formalmente e informalmente para a realização de uma nova assentada com a temática da Vila Mimosa, no sentido de unirmos as forças para tentar chegar a um consenso, a uma solução mais breve possível. Aliás, já fazíamos essas tratativas antes do carnaval. Também recebi e fui motivado por um telefonema e algumas mensagens porque venho dialogando com o desembargador Siro Darlan. E aí, v. exa. marca essa audiência na primeira data em que a Casa tinha disponibilidade, e aqui estamos aqui hoje, mas percebo que, apesar de duas, três horas de audiência, não caminhamos um milímetro sequer para um consenso, para estabelecer algum diálogo, alguma solução. E aí não posso, com todo respeito, sobretudo aos desembargadores aqui presentes, à juíza federal aqui presente, em especial ao desembargador Siro Darlan, a quem conheço de longa data da trajetória jurídica, mas não posso, sr. presidente, me calar diante de uma narrativa de vilanizar o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. Isso eu não posso permitir sem me manifestar, sem defender a Instituição. Aliás, comparando ao Judiciário, comparando ao Legislativo, a credibilidade do Corpo de Bombeiros é infinitamente maior que ambas as instituições, tanto o Poder Judiciário, quanto o Poder Legislativo.

Foi dito pelo desembargador Siro Darlan que, por conta de interesses financeiros, o Corpo de Bombeiros deixou de atuar de uma forma A ou B. Obviamente, salvo melhor juízo, existem péssimos profissionais corruptos, bandidos no Parlamento. Não nos causa espécie o fato de alguns deputados, num passado muito recente do Rio de Janeiro, estarem presos, cumprindo pena. Não me causa espécie as altas autoridades do Poder Executivo também. Como, evidentemente, e a história mostra, não só nós que militamos no Judiciário, que há inúmeros magistrados corruptos, bandidos, que ali estão, como há profissionais bandidos em todos os lugares. Há médico que coloca prótese onde não precisa; que inventa procedimento médico onde não precisa; há guarda de trânsito corrupto; há profissional bandido de todas as espécies, há jornalista pilantra, vigarista, corrupto. Todos os profissionais, todos, absolutamente todos. Há pedreiro que vai à sua casa fazer um procedimento que não precisa, que lhe impõe um custo, um investimento onde não há necessidade. Por óbvio, não tenho a menor dúvida de afirmar, certamente há praças e oficiais do Corpo de Bombeiros mal-intencionados, corruptos, sem dúvida nenhuma. Agora, afirmo também, sem qualquer receio, que a imensa maioria da Corporação é absolutamente digna e exerce o seu papel com absoluta competência e honestidade. Além disso, as organizações militares do Estado do Rio de Janeiro, tão atacadas por uma militância, que inclusive chega a querer e defender amplamente a desmilitarização dessas instituições, talvez sejam as instituições, tanto a Polícia Militar, quanto o Corpo de Bombeiros, que mais cortam na própria carne. As corregedorias dessas duas forças, muitas vezes, colocam para fora determinados agentes públicos antes mesmo do trânsito em julgado de uma questão, no âmbito do Judiciário. O que demonstra que dentro dos seus ambientes administrativos, dos seus processos administrativos, muito mais céleres do que o Judiciário, eles acabam punindo esses indivíduos, em prol de manterem a credibilidade, que não é uma opinião minha, mas é uma opinião da população do Rio de Janeiro que coloca o Corpo de Bombeiros em patamares muito superiores que o Legislativo e que o próprio Judiciário.

Então, compreendo, sr. presidente, que assertivas dessa natureza, e aí, obviamente que o desembargador Siro Darlan e o desembargador Damasceno não estão aqui como desembargadores, até porque não teriam motivo disso, porque não é afeto a nenhuma questão que os envolve no seu trabalho, mas tão somente por representarem uma associação e como cidadão. Qualquer cidadão, esta Casa está aberta a qualquer cidadão que aqui queira sentar, pedir a palavra e vai ter direito à palavra. Agora, quando a mais alta autoridade do Poder Judiciário se manifesta dessa forma, perante as mais altas autoridades do Executivo, sobretudo de uma força, porque aqui temos oficiais superiores do Corpo de Bombeiros, é algo de uma gravidade sem precedente. Porque o Corpo de Bombeiros foi acusado de prevaricar, o Corpo de Bombeiros foi acusado de corrupção. E aí, eu lhes digo: o que levou o Corpo de Bombeiros à Vila Mimosa não foi uma seletividade em prol de perseguir os hipossuficientes. O que levou o Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro à Vila Mimosa foi a iniciativa desta Casa, que o ofício formalmente e pediu, solicitou, que os oficiais, que esses, sim, me permitindo aqui discordar juridicamente de v. exa., desembargador Damasceno, mas que têm o poder de polícia do direito administrativo para restringir a atividade privada e a atividade econômica em prol. Porque o Corpo de Bombeiros, a partir do momento que tem direito de interditar, ele está restringindo a atividade econômica. O poder de polícia, amplamente difundido pelo direito administrativo é nesse sentido. Qual outra instituição pode, nessa seara? Pode ser. Mas sorte de v. exa. também que não é meu professor, porque teríamos debate. Porque eu sou do tipo de aluno que não é gado, que confronta, quando escuta alguma bobagem. Não estou dizendo que v. exa. está dizendo bobagem, mas, permito-me o debate.

(Fala fora do microfone)

O SR. RODRIGO AMORIM - Por isso que confronto tanto a doutrinação ideológica tão amplamente difundida em nossas universidades. Mas...

O SR. JOÃO BATISTA DAMASCENO - O mestre Hely Lopes Meirelles não fez nenhum tratado administrativo; ele fez um manual para interpretação da reforma administrativa que ele fez - o Decreto Lei 20.067. É uma pessoa ideologicamente insuspeita, do ponto de vista ideológico de v. exa. Ele foi secretário de segurança de São Paulo, chefe do delegado Fleury; portanto, é uma pessoa insuspeita para falar de direito administrativo.

O conceito que expressei aqui foi exatamente desse pensador, desse administrativista. A opção que o Corpo de Bombeiros pode ter é a seguinte: eu vou aplicar esta ou aquela? Eu vou interditar ou vou dar um prazo de cinco dias? Aí, ele tem essa opção. Agora, se a norma existe, ele não tem opção. Se ele encontra a mesma situação em outro lugar, ele não opção. Aí, ele não tem o poder de polícia, de aplicar ou não a norma. Ele tem que aplicar a norma.

O SR. RODRIGO AMORIM - Sem dúvida. V. exa... Só um minuto, sr. presidente. V. exa. cita o célebre Hely Lopes Meirelles, mas me vem aqui à cabeça também que Di Pietro cita exatamente um caso específico, relacionado ao Corpo de Bombeiros, justamente para não citar o da polícia tradicional, para que não confunda os alunos com o poder de polícia, com a polícia. Então, eu me permito também trazer à baila aqui Di Pietro, que fala especificamente do Corpo de Bombeiros. Agora, independentemente disso, independentemente dessa discussão jurídica, parece-me claro que, grosso modo, e me permito fazer esse exemplo, essa metáfora, mas me parece que estamos condenando e crucificando o Corpo de Bombeiros, tal qual faríamos com a polícia, por exemplo. Aí, sim, a polícia instituição, que não prende um marginal e, portanto, aquele marginal que ele efetivamente prende, ele seria atacado porque foi seletivo na prisão.

Se o Corpo de Bombeiros observou que a norma estava sendo absolutamente descumprida e atuou com a diligência que deveria, ele não pode ser acusado de estar sendo seletivo, ou uma acusação tão carregada de um viés, não só emocional, mas, sobretudo político e ideológico, no sentido de que estivesse fazendo alguma distinção sobre pobres, ricos, pretos ou brancos. Na verdade, está absolutamente descumprindo qualquer hipótese, qualquer previsão de legislação absolutamente ilegal e irregular, uma forma transgressora que atividade econômica é explorada naquele local, e que o Corpo de Bombeiros aqui motivado por esta comissão e que não pode ser objeto de um ataque veemente contra não só esses homens honrados, oficiais do Corpo de Bombeiros que aqui estão, mas sobre uma instituição.

Eu sugiro, sr. presidente, que caminhemos para um processo, aqui nesta tarde hoje, que tenha como legado, como fruto, a resolução desses problemas. Evidentemente, concordo com o desembargador Siro Darlan: aplicar uma multa de 500mil reais é uma multa absurda, elevada, desproporcional. Que, através da nossa interferência, da nossa intercessão, que possamos de alguma forma diminuir essa multa, fazer uma contraproposta e estabelecer algum prazo.

Agora, v. exa. também, de forma muito pertinente, e aí evidentemente, mais uma vez acertadas as palavras do desembargador Siro Darlan, no sentido de que não cabe, efetivamente, a qualquer magistrado, independentemente da instância, tampouco ao ministro de cortes superiores interferir sobretudo no julgamento de um juiz singular. É claro que não poderiam fazê-lo.

Agora, esse mesmo discurso que o desembargador Siro Darlan nos apresenta aqui e acosta ao processo, ele poderia ser alvo de distribuição ou de uma audiência pública ou de algo dentro do próprio Tribunal de Justiça. Não para de nenhuma forma fazer com que a decisão daquela magistrada fosse influenciada por quem quer que seja, mas que pudesse trazer tudo isso que está sendo trazido de forma tão emocional à colação por ocasião da prolação daquela decisão em sede de pedido antecipatório de tutela. Ora, parece-me, grosso modo, que o Judiciário então lavou suas mãos do problema. Faz um discurso bonito, faz um discurso social, mas lavou as mãos do problema, quando uma juíza poderia, numa só canetada, resolver e não ter nem essa audiência. Estaria liberado lá. Mas não o fez. Na minha visão, de forma acertada. Se responsabilizaria essa magistrada pelas vidas que poderiam se perder? Certamente que não. Por isso que precisamos caminhar. É muito fácil falar que a culpa é do bombeiro, quando o Judiciário tinha nas mãos a possibilidade de uma canetada fazer. Quer que o bombeiro faça?

Sr. presidente, para terminar, eu não vou permitir, enquanto estiver no exercício do mandato ou na minha vida, como cidadão deste estado, ataques a meu ver infundados, a uma instituição tão respeitada, quanto o Corpo de Bombeiros Militar. Da mesma maneira que respeito a tripartição, amplamente difundida por Montesquieu, a independência e a harmonia dos poderes, como respeito profundamente o Poder Judiciário, tão relevante para esse processo de transformação que o país vem sofrendo, como respeito este Parlamento, como respeito o Poder Executivo, é necessário que nós caminhemos, sr. presidente, para que possamos fazer aqui um grande acordo, uma grande construção para que aquele espaço seja liberado na mais célere velocidade possível e que nós possamos, de forma diligenciosa, levar o mínimo de dignidade e de serviços públicos. (Palmas)

E para terminar, causa-me profunda perplexidade - estamos aqui num embate com membros do Poder Judiciário, com membros do Poder Executivo, do governo do Estado do Rio de Janeiro, agora presente aqui um representante da Faetec, para que através da nossa diligência possa reabrir a Faetec naquela localidade, e não vejo nenhum representante da Prefeitura do Rio de Janeiro, que talvez seja a instituição, seja a esfera de poder mais adequada para estar aqui agora, porque poderia a prefeitura resolver 90% dos problemas que aqui estamos colocando. Absolutamente irresponsável não ter um representante dessa prefeitura, que tem um alcaide que se elegeu com o discurso leviano, mentiroso de que cuidaria das pessoas. (Palmas)

Então, eu tenho uma posição ideológica muito bem definida, muito bem clara. Em 2018 nós... E tenho dito, desembargador Damasceno, que muitos embates que inclusive às vezes se asseveram, se tornam muito enfáticos e veementes, e eu tenho protagonizado esse debate, o deputado Knoploch também, com deputados de oposição, de outro viés ideológico, muitas vezes parecem até muito veementes, mas por outro lado eu tenho sempre dito que esses embates têm feito muito bem para a democracia. Há quanto tempo este Parlamento não percebe embates de caráter ideológico, mas tão somente embates fisiológicos. Então, eu tenho dito que deixando de lado qualquer concepção ideológica que possamos ter aqui... Que o deputado Knoploch possa ter, o deputado Jorge Felipe Neto, é fundamental que a gente faça sim uma corrente de todos os poderes. Mas sinto e registro isso, presidente, a falta da Prefeitura do Rio de Janeiro aqui nesta Casa, porque poderíamos resolver e sair daqui já resolvido 80% dos problemas.

Então, terminando, peço que v. exa. conduza para que a gente possa sair daqui com um grande acordo para que efetivamente todos possam entrar em comunhão e a vida das pessoas, além de preservadas, a gente possa efetivamente defender a quem de direito.

Muito obrigado.

O SR. SIRO DARLAN - Presidente, as palavras do ilustre deputado me inspiram aqui, primeiro, elogiando v. exa., realmente tem um norte para a solução desse problema e eu gostaria de sugerir que os senhores do Corpo de Bombeiros, a quem eu respeito e disse isso no meu discurso, celebrem esse TAC com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Aí sim, porque eles são os responsáveis por todas as irregularidades lá. Aí celebra o TAC com a Prefeitura do Rio de Janeiro, dá essa multa de 500mil para eles e manda... Dá um prazo para eles resolverem o problema lá da Vila Mimosa. Está aí, o senhor indicou a direção. Parabéns pela sua lucidez. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Eu estou devendo um direito de resposta para o Corpo de Bombeiros...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Presidente, eu fui duplamente citado, tanto pelo desembargador Damasceno quanto o desembargador Siro.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - O senhor consegue ser breve? Só para a gente poder evoluir...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Mais breve que o deputado Rodrigo, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Primeiro, presidente, o deputado Rodrigo foi ao banheiro, eu vou esperar ele voltar para fazer minha última pergunta.

Mas perguntar aos senhores do Bombeiros. Os senhores viram as fotos que foram apresentadas? Os senhores acham que aquela pintura negra é uma obra de arte ou fruto de incêndio?

O SR. RODRIGO POLITO - Bom, nós vimos a foto e aparentemente é chama.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Aparentemente, não. Com elevado de grau de certeza é possível, certo?

(Fala fora do microfone)

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Todo espaço que a gente possivelmente conseguiu ver foi queimado por vela, sem problema. Absolutamente todo espaço.

O SR. RODRIGO POLITO - Bom, não fui eu que respondi.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Gente, por favor, vamos manter a ordem.

Deputado, por favor, pergunte ao Corpo de Bombeiros.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - *Mea maxima culpa*, de fato o desembargador...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só um minuto, deputado.

Doutora, quem preside sou eu. Quem dá pela ordem, ou não, sou eu. A senhora está aqui na condição de ser ouvida. Pela ordem quem pede são os deputados, não a senhora.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - A senhora pediu a palavra, eu vou passar, então a senhora por favor aguarde.

(Fala fora do microfone)

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Então, com elevadíssimo de certeza nós tivemos alguma ocorrência de incêndio ali em tempo recente. Se não tivesse sido recente teria sido pintado, repintado e por aí vai. Certo?

O SR. RODRIGO POLITO - Provavelmente sim.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Maravilha. O desembargador Damasceno brinca com a questão a carteira de trabalho. De fato, eu tenho uma anotação na minha carteira de trabalho, foi quando eu fui advogado trainee. Depois que eu tirei minha OAB, tirei minha PJ, não assinei carteira de trabalho. Mas dizer uma coisa, eu aprendo e desaprendo todo dia nesta Casa. Eu aprendi hoje que os senhores estão errados ao seguirem a lei. Eu aprendi hoje que os senhores estão errados por cumprirem o seu dever. Eu aprendi hoje que este Parlamento ao requerer e fiscalizar a aplicação das normas e do poder público ser eficaz, o Parlamento está errado. Eu aprendi hoje, e aí queria até fazer uma pergunta para o deputado Rodrigo Amorim, porque eu me lembro de uma passagem da nossa primeira história, que foi fantástica, dele perguntando o seguinte: "Eu quero um documento oficial com foto", e a menina que tinha apresentado uma carteira de trabalho. Então aprendi hoje que carteiras de trabalho podem ter folhas arrancadas. Eu também aprendi, ontem, que entre seguir a lei e fazer justiça deve-se fazer justiça. Eu aprendi então que o meu trabalho como legislador de nada funciona. Aprendi hoje também que dois errados fazem um certo. Aliás, de duas milhões de pessoas erradas neste estado, fazem o certo e fazem a civilidade que a gente tanto cotidianamente compara com outros países, querendo que o Brasil um dia seja um país com grau civilizatório quando a gente almeja quando tem a oportunidade, por exemplo, de viajar. Eu aprendi, presidente, que quando o bombeiro requer do proprietário do imóvel, do proprietário do imóvel, ele está vilipendiando as meninas, não o proprietário que vilipendiou não, causando toda aquela algazarra de infraestrutura, foram os bombeiros, foi esta Casa, não foi o proprietário. Eu aprendi que "gato" dentro de uma propriedade é de responsabilidade da prefeitura. propriedade particular, certo? Propriedade particular. Eu aprendi que tráfico de drogas é absolutamente ignorável numa audiência pública. É evidente. Só a presença daqueles entorpecentes, v. exa., já é uma...

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Por favor, doutor.

Continuando.

(Fala fora do microfone)

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Excelência...

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Doutor, por favor. Vamos garantir a palavra.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - V. exa., com todo...

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Vamos garantir a palavra, senão não conseguimos chegar a um acordo aqui.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - ...com todo respeito que devo a v. exa., mas um papete de cocaína com CV é tráfico de droga, é tráfico de droga.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Deputado, para concluir, por favor.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Presidente, retomando o raciocínio, a presença de entorpecentes: normal, comum. Que a presença... Aliás, a falta de presença do poder público, porque lá quem comanda é o tráfico, a milícia e o jogo do bicho, é comum. E que o poder público, ao ser ameaçado de entrar lá, tendo que ser instado a fazer o seu dever, porque ele naturalmente não conseguiria fazer isso, ele está errado.

Para concluir, presidente, que ene casos que vimos aqui, ene casos, v. exa. recebeu, eu recebi ligação de gente poderosa, de gente... Enfim, tentando minimizar o efeito das coisas. Minimizar no Badim. Morreram quantas? 11 pessoas, 13. A Quatro por Quatro, onde quatro colegas de vocês foram fatalizados. Isso pode ser de alguma forma mitigado. Porque o Ninho do Urubu que recebeu 32 interdições e que vocês requereram o uso de força policial para efetivar aquelas interdições, inclusive da Prefeitura do Rio também pediu, e que muito provavelmente, muito provavelmente, gostaria de ter provas disso, mas não tenho, por tráfico de influência, ficou aberto e aí morreram 15 jovens. Seletivos são os senhores. Seletivos são os senhores.

Quero dizer o seguinte, se esta Casa estiver irregular, nunca os faria prevaricar, porque eu não fiz quando fui Secretário de Meio Ambiente. A única vez nos últimos, talvez, cinco, seis, sete anos, em que o Rio de Janeiro nas suas áreas, nas suas APAs, nas suas áreas de proteção, teve redução de construção irregular foi quando eu tive lá. Então eu mandei derrubar tudo, tudo. Não quero que vocês prevariquem. Se for para terminar essa audiência agora e lacrar essa sala, o façam, o façam. Mas eu estou achando surreal, surreal, o que está acontecendo aqui. Porque ajudar dentro da lei e da conformidade é uma coisa. Constranger é outra. Eu não os constrangeria apesar de ter sido o maior crítico de vocês durante o curso desta CPI. Verdade ou mentira?

Então, por favor, eu quero dizer, presidente, que façam seu trabalho conforme necessário for. Agora, nesta audiência, e onde quer que seja, porque terão completamente o apoio não só do meu mandato, das 43.099 pessoas que confiaram em mim, assim como tenho certeza de todos desta Casa. Mas nunca, nunca mais, porque já toleraram muito, admitam interferência externa, fora do amparo legal, de quem quer que seja, que possa causar a morte de alguém como ocorreu no Badim, como ocorreu no Flamengo, como ocorreu na Quatro por Quatro e em tantos outros lugares deste estado. Porque, salvo engano, são 18 mil incêndios ano... Quantos eram?

O SR. RODRIGO POLITO - O número a gente não tem como precisar para o senhor...

O SR. JORGE FELIPPE NETO - Mas está nessa Casa.

O SR. RODRIGO POLITO - Dos 100% do que o Corpo de Bombeiros atua, 8% dos nossos atendimentos são em relação a incêndio.

O SR. JORGE FELIPPE NETO - São quantos atendimentos ano? Eu lembro (não compreendido) girava na casa dos milhares, na casa dos milhares. E a CPI está aqui para fazer isso, acabar, e que vocês possam fazer o trabalho de vocês.

No mais, a vocês, trabalhadores e trabalhadoras, não aqueles que os exploram, este Parlamento está à disposição de vocês. Se for para colocar a assistência, saúde e cobrar com o mesmo empenho que vocês sejam atendidos, assim o faremos. Desde que requeiram, porque bola de cristal nós não temos. Nem seria possível extrair a gravidade da situação dessas meninas sem que elas tenham a liberdade de falar a este Parlamento. E essa é a intenção desta audiência pública, é para que vocês possam ter uma oportunidade de fala e que a gente possa ajudá-los, dentro do que for bom, certo e justo e nunca fora disso.

(Fala fora do microfone)